

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E ASSUNÇÃO DA AUTORIA SOB UMA PERSPECTIVA DE LINGUAGEM ENQUANTO DISCURSIVIDADE¹

Susane Andrade Rodrigues²

De acordo com Orlandi (2012), a escola deve promover e propiciar que o aluno assuma a posição de autor (e não a de simples enunciatador) e, para que isso ocorra, é necessário que possa experimentar práticas que façam com que este saiba mobilizar os recursos linguísticos e o interdiscurso. Esses mecanismos são importantes para que os alunos delimitem um discurso, dimensionem a dispersão e o promovam a reflexão com relação à linguagem.

Logo, todo o enunciado proferido pelo aluno retoma um já-dito que mobiliza em sua prática linguística. Dessa forma, é possível afirmar que a enunciação não vem propriamente da criança, mas decorre do que vem antes e independente (PÊCHEUX, 1995), o *interdiscurso*. O que permite o aluno registrar em seus traçados dizeres do interdiscurso é o que a Análise do Discurso denomina de *memória discursiva*. Já que a constituição do sujeito discursivo provém de sua inscrição em uma ou mais *formações discursivas*, a luta de forças pela estabilização e deriva de sentidos ocorre num movimento de busca de autoria. Para Foucault (1996, p. 26), “o *autor* é o princípio do agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações”, o que o coloca como o responsável pelo texto que produz. Pêcheux (1995, p. 173) denomina esquecimento nº 1 quando o sujeito se concebe como origem do dizer. Já o esquecimento nº 2 “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente que se apoia sua ‘liberdade’ de sujeito-falante” (ibidem, p. 175), ou seja, o sujeito considera-se como livre em suas escolhas e falas.

Por conseguinte, a maioria das atividades de ensino de língua portuguesa em nosso contexto escolar ainda enfatizam o caráter sistêmico da linguagem, rechaçando a abordagem discursiva e, conseqüentemente, a ascensão da autoria. É possível, em práticas de linguagem em sala de aula, ainda visualizarmos distintas formas de identificação com a FD dominante, atribuindo e derivando novas interpretações. Tal fato é apontado em Orlandi (2012, p. 121) “a produção (oral ou escrita) é o meio pelo qual se tem acesso à leitura do aluno. Embora seja uma relação indireta, é aí que se pode verificar a história do leitor em relação às suas significações, aos modelos (etc.) de que ele tem domínio”. Em vista disso, nem sempre o sujeito-aluno consegue manifestar os gestos de interpretações que produz e sua subjetividade, mas, por meio destas materialidades (produção oral ou escrita), há a possibilidade de compreender a leitura que o aluno realiza, fazendo-se interpretar e, desse modo, constituindo-o em autor.

¹ Trabalho sob orientação de Carolina Fernandes (Doutora em Letras e docente da Universidade Federal do Pampa).

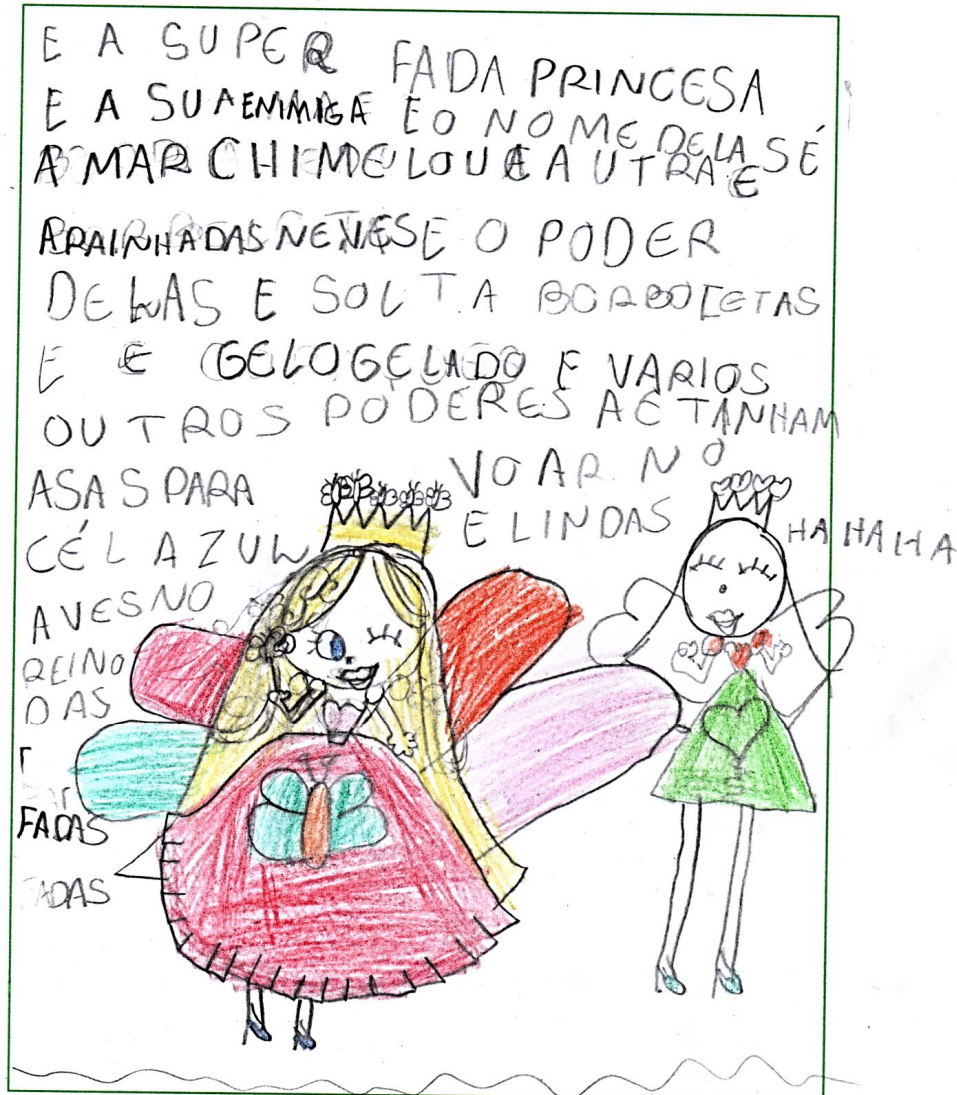
² Mestre em Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Pampa.



Assim, apresentamos a Sequência Discursiva (SD) de uma aluna, proveniente de escola estadual do município de Sant'Ana do Livramento/RS. Ela na época tinha seis anos de idade e frequentava o 1º ano do ensino fundamental. Participou de atividades de alfabetização que visavam os aspectos sistêmicos e também a discursividade com o foco na produção de sentidos. A partir dessa perspectiva, em proposta de escrita realizada no final do ano, percebemos a *função-autor* (GALLO, 2001) em sua produção (SD 01). Nela, a aluna deveria imaginar-se enquanto super-heroína e os seus prováveis poderes.

SD 01

Agora, pense que você é um (a) super-herói/heroína. Como seria? Que poderes teria? Represente abaixo.



Fonte: as autoras (2019)

A aluna escreveu o seguinte: “E A SUPER FADA PRINCESA E A SUA ENIMIGA E O NOME DELA S É A MARCHIMELOU E A UTRA E A RAINHA DAS NEVES E O PODER DEAS E SOLTA BORBOLETAS

E O GELOGELADO E VARIOS OUTROS PODERES AETINHAM ASAS PARA VOAR NO CÉL AZUL E LINDAS AVES NO REINO DAS FADAS”, sendo transcrito: “É a Super Fada Princesa e a sua inimiga e o nome dela é Marchimelou e a outra é a Rainha das Neves e o poder delas é soltar borboletas e o gelo gelado e vários outros poderes. Aí tinham asas para voar no céu azul e lindas aves no Reino das Fadas”.

Observamos que a aluna, nessa produção, desenvolve a função-autor ao usar os recursos linguísticos para dar efeito de início, meio e fim ao seu dizer. Na alfabetização, devido à introdução ao ensino formal e sistematizado da linguagem escrita, portanto, inicial, privilegia-se a função-autor. Para Gallo (2001, p. 7), na função-autor “não há o ‘novo’, mas há, no entanto, o novo (no nível enunciativo), fruto do confronto de duas posições enunciativas”. Isso especifica que neste nível não há o estranhamento dentro de uma FD, mas a instauração do efeito de originalidade garantido pelo movimento dos sentidos no nível enunciativo. Conserva-se a FD com a qual o sujeito se identifica, porém considera-se a heterogeneidade constitutiva do sujeito e sua singularidade na atribuição dos sentidos. A autoria, na função-autor, se dá no nível enunciativo. No texto produzido e analisado na SD, há a tentativa de dissimulação da heterogeneidade sob a busca de um efeito de unidade. Inscrevendo-se na exterioridade constitutiva da SD 01, vimos que a identificação com a formação discursiva midiática, especificamente das infantis, torna-se presente no texto da aluna, junto com a representação do que seria uma super-heroína. Porém, vemos nessa produção SD 01 que, além da repetição histórica dos sentidos da mídia (a heroína luta contra algum ser maléfico), há aspectos de singularidade na construção da imagem das personagens que, em alguns aspectos, se assemelham, o que representa a tensão discursiva entre *paráfrase* e *polissemia* (ORLANDI, 2011). Vale lembrar que este trabalho de produção textual se constitui enquanto unidade imaginária, produto dos esquecimentos já citados (1 e 2), ou seja, da ilusão do sujeito se crer origem do dizer e de poder controlar o discurso. Portanto:

Diferentes movimentos dos sujeitos, na construção dos sentidos são aceitos e tomados como inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, isso instiga o educando a ocupar a posição de sujeito pensante, questionador e autor de seu dizer, condição elementar para a construção da cidadania (ASSOLINI, 2010, p. 6).

Portanto, práticas que privilegiem a homogeneização de sentidos, em relação ao ensino da linguagem, darão continuidade ao que Assolini (2010, p. 160) designa como “posição de sujeitos enunciadores de sentidos sedimentados”. Entendendo que todo texto advém de gestos de interpretação oriundos de uma memória discursiva, defendemos que, para a assunção da autoria, a memória não deve ser aquela que apenas repete, mas deve se fazer prevalecer a memória histórica que significa por meio da “memória constitutiva, saber discursivo e do interdiscurso” (ORLANDI, 2011). Por isso, a memória do dizer e a história, em interação no interdiscurso, possibilitam a interpretação, o movimento e o deslocamento dos sentidos em autênticos movimentos de autoria.

O sistema educacional, ainda implicitamente, tem ocasionado o silenciamento dos seus sujeitos, ora pelas filas, que instituem a “ordem”, a homogeneização, a disciplina escolar por meio da imposição de rotinas, a relação professor-aluno, representando a dicotomia opressor-oprimido (aquele que sabe e aquele

que precisa ser “preenchido” de saberes relevantes), o planejamento escolar, que, pelas condições de produção, tendo em vista a massificação, dificultando a visão da singularidade pertinente a cada sujeito, o diagnóstico escolar, em que há a classificação entre “bons” e “ruins”, o tempo escolar, com a sineta, que diz o tempo que é necessário para a aprendizagem. A escola, enquanto Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985), é fundamentada em um discurso pedagógico caracterizado pela hierarquia e a burocracia escolar, sendo assim ainda precisa reformular suas práticas para que haja a promoção da autoria. Por isso, existem práticas que podem, paulatinamente, modificar as atuais condições de produção e fundamentar um trabalho pedagógico considerando, também, a linguagem não só em seu aspecto sistêmico, mas em sua discursividade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva, Interpretação e Letramento no Ensino Fundamental: dificuldades e perspectivas para a prática pedagógica escolar in TFOUNI, Leda Venturini. *Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GALLO, Solange Leda. Autoria: uma questão enunciativa ou discursiva? *Revista Linguagem em (Dis)curso*. v. 1, n. 2, jan./jun. 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Leitura*. 9 ed. São Paulo, SP, Cortez, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al., 2 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.